

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI N.º 57/2025

Súmula: Dispõe sobre a restrição da execução de músicas impróprias para menores de idade em escolas públicas municipais e eventos destinados a crianças e adolescentes, no âmbito do Município de Castro, e dá outras providências.

- **Art.** 1º Fica vedada a execução de músicas que contenham violência, apologia às drogas, discriminação, pornografia ou qualquer outro conteúdo que incite à prática de atos ilícitos, assim como aquelas cujo conteúdo atente contra a integridade moral, sexual e ao núcleo protetivo da defesa dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, conforme a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), em:
- I escolas públicas municipais;
- II eventos destinados a crianças e adolescentes menores de idade, realizados em espaços públicos ou imóveis objeto de concessão, cessão ou permissão de uso pelo Município de Castro;
- **Art. 2º -** Para fins desta Lei, considera-se inadequado para menores de idade qualquer conteúdo que:
- I incite à violência, à discriminação ou ao preconceito;
- II faça apologia às drogas ou a outros tipos de substâncias ilícitas;
- III contenha linguagem obscena ou pornográfica;
- IV promova a discriminação por motivo de raça, cor, sexo, orientação sexual, religião ou origem nacional.
- **Art. 3º -** A fiscalização do cumprimento desta Lei poderá ser realizada pelo Conselho Tutelar ou pela Secretaria Municipal de Educação, ou outro Órgão a ser definido pelo Poder Executivo, mediante denúncias de professores, supervisores, diretores ou mesmo dos pais ou responsáveis pelas crianças por meio dos canais de atendimento disponíveis nos respectivos Órgãos.



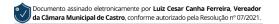
ESTADO DO PARANÁ

- **Art. 4º -** Ao receber uma denúncia, o Conselho Tutelar, a Secretaria Municipal de Educação ou o Órgão fiscalizador definido, deverão:
- I verificar a procedência da denúncia;
- II adotar as medidas cabíveis para coibir a prática irregular;
- III informar o denunciante sobre as providências adotadas.
- **Art.** 5º O descumprimento desta Lei sujeitará o responsável pelo evento e/ou pela execução das músicas às penalidades a serem definidas em regulamentação realizada pelo Poder Executivo.

Parágrafo único - Caso os responsáveis pelo evento e/ou pela execução das músicas sejam servidores públicos municipais, ficarão sujeitos a processo administrativo disciplinar estabelecido na legislação funcional própria, observado o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 12 de maio de 2025.



Luiz Cezar Canha Ferreira ner Vereador



ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo resguardar os direitos das crianças e adolescentes no município de Castro, garantindo um ambiente educacional e recreativo saudável, livre de conteúdos inadequados para sua formação moral e social:

A infância e a adolescência são fases fundamentais do desenvolvimento humano, e garantir o acesso à informação, cultura e lazer de forma saudável é essencial para a construção de uma sociedade equilibrada. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura que produtos e serviços voltados a esse público devem respeitar sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. No entanto, o consumo de conteúdos inadequados, como músicas que fazem apologia à violência e às drogas, pode representar um risco significativo para a formação desses jovens.

A música é uma das mais poderosas formas de expressão cultural e tem grande influência no comportamento das crianças e adolescentes. Quando expostos a letras que exaltam a criminalidade, o uso de drogas e a violência, os jovens podem acabar normalizando tais comportamentos e incorporando valores prejudiciais ao seu desenvolvimento. Essa influência é ainda mais preocupante quando se considera que a música tem forte impacto emocional, podendo moldar pensamentos, atitudes e escolhas futuras:

Além disso, a presença constante desse tipo de conteúdo pode contribuir para a banalização da violência, promovendo uma visão distorcida da realidade. Muitos jovens em situação de vulnerabilidade social veem nesses discursos um modelo de vida, acreditando que a criminalidade e o consumo de drogas são caminhos aceitáveis ou até desejáveis. Isso reforça a necessidade de maior responsabilidade por parte da indústria musical e dos meios de comunicação na seleção do conteúdo disponibilizado ao público infanto-juvenil.

A proteção desse direito não significa censura, mas sim a necessidade de oferecer alternativas culturais que incentivem valores positivos. E fundamental que a sociedade e o poder público promovam o acesso a músicas e manifestações artísticas que estimulem a educação, a criatividade e o senso crítico. A escola, a família e os meios de comunicação devem atuar juntos para orientar crianças e adolescentes sobre a influência do que consomem, ensinando-os a fazer escolhas conscientes..





ESTADO DO PARANÁ

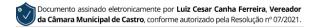
Portanto, assegurar que a cultura e o lazer respeitem a fase de desenvolvimento dos jovens é um compromisso de toda a sociedade. Ao proporcionar um ambiente cultural saudável e estimulante, evitam-se influências negativas e fortalece-se a construção de indivíduos mais críticos e preparados para enfrentar os desafios da vida. Dessa forma, a música pode continuar sendo uma ferramenta de transformação e enriquecimento, sem comprometer a formação das novas gerações.

Dessa forma, este projeto visa proteger o público infanto-juvenil de influências inadequadas; conforme já estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n° 8.069/1990). Em especial ao Art. 71. "A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento".

Além disso, a presente proposta busca fornecer diretrizes claras para a fiscalização e adoção de medidas corretivas em casos de descumprimento, assegurando que as escolas e eventos destinados a esse público sigam princípios éticos e educativos:

Diante da relevância desta matéria, contamos com o apoio dos nobres vereadores para a aprovação desta lei, visando a promoção de um ambiente seguro e propicio ao desenvolvimento saudável das nossas crianças e adolescentes.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 12 de maio de 2025.



Luiz Cezar Canha Ferreira
Vereador



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 2CZ3N-A5LWC-B6FN7-LYCXB

Tipo de assinatura: Simples

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ LUIZ CESAR CANHA FERREIRA em 15/05/2025 13:27 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
179.189.26.169	Não disponível
Autenticação cezardopovo@castro.pr.leg.br (Verificado)	
Login	ro.pr.ieg.br (verificado)
Logiii	
YYVjaUjcIx97dg28MGry5+EWpHZtgIS+sB9aBYsceJQ= SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://www.dropsigner.com/validate/2CZ3N-A5LWC-B6FN7-LYCXB

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://www.dropsigner.com/validate